

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

I - CONTEXTO OPERACIONAL

A ABBR - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação é uma associação civil, de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos; considerada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto Lei nº 43.890, de 10/06/1958, e, de Utilidade Pública Estadual e Municipal, conforme Lei nº 892, de 14/11/1957; registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, processo nº 48.035/1956, em 02/06/1956. Tem por finalidade a prestação de assistência médica, social e de reabilitação a portadores de deficiência, além do fornecimento de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção e calçados ortopédicos. Entidade de referência na Medicina de Reabilitação, conforme classificação do Ministério da Saúde. Em decorrência, a Instituição enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, disposição regulamentada pelos artigos 9º e seguintes da Lei nº 5.172, de 25.10.1966 – Código Tributário Nacional.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que revogou a Resolução CFC nº 877/2000 - NBC T 10.19, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro.

Tendo como parâmetro a Convergência com as Normas Internacionais e a Resolução 1.121/08, a Instituição se baseou em pressupostos básicos para a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: regime de competência, continuidade, compreensibilidade, relevância, confiabilidade, comparatividade.

III - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
- b) Depreciações: Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor, levando em conta a vida útil-econômica dos bens.
- c) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- d) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- e) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- f) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

IV – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

- a) A conta “Caixa” registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta “Bancos Conta Movimento” representa o

somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas.

b) Encontra-se também aplicações financeiras no valor de R\$ 1.658.682,43, oriundas em sua maioria de convênios governamentais do ano de 2009, com recursos do Ministério da Saúde, após aprovação de planos de trabalho, com verbas repassadas do Orçamento da União, provenientes de emendas parlamentares individuais. Essas verbas, além de detalhadas prestações de contas, são acompanhadas e auditadas por técnicos do Ministério da Saúde.

Esses recursos são bloqueados por serem valores de convênios governamentais com classificação de subvenções públicas e só podem ser alocados no cumprimento do objeto dos respectivos convênios governamentais, de acordo com os planos de trabalhos aprovados pelos órgãos concedentes. Estes recursos serão aplicados de acordo com os planos de trabalhos e as compras através de processo de licitação (pregão eletrônico, de acordo com a Lei 8.666, de 21/06/1993.

Outras aplicações financeiras – há também aplicação no valor de R\$149.918,47 referente a convênio com a Loteria do Estado do Rio de Janeiro – LOTERJ, destinado a compra de equipamentos para Oficina Ortopédica e Centro de Reabilitação. Além desse, registra-se recursos próprios aplicados em caderneta de poupança para serem utilizados no pagamento de obrigações para manutenção e custeio das atividades, no decorrer do exercício de 2013. Parte desse valor refere-se a antecipação de recebimento de faturamento junto ao Convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS .

NOTA 02 – RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

Na composição do saldo de “Convênios Médicos”, o Convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS representa aproximadamente 80% do total de R\$ 906.386,22, devidos pelos atendimentos ambulatoriais, além do fornecimento de órteses, próteses, calçados e meios auxiliares de locomoção. Este faturamento refere-se ao mês de dezembro de 2012, cujo pagamento ocorrerá em janeiro de 2013. O saldo restante são valores ainda não recebidos de outros convênios e planos de saúde.

Em “Encomendas de Produtos Ortopédicos”, registra-se as provisões de receitas decorrentes de encomendas de produtos ortopédicos em processo de confecção, bem como de produtos acabados, encomendados por pacientes aos quais foi prescrito algum produto e devem retornar à Instituição para o recebimento. Para estes valores foram constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa, a fim de cumprir a NBC T 19.7 e o princípio da Prudência.

Também neste grupo, constam as verbas oriundas de emendas parlamentares individuais cadastradas, parte do Orçamento da União, através do Ministério da Saúde, nos anos de 2009 e 2011, a serem cumpridas em 2013, descritas no quadro 1, no montante de R\$ 2.706.141,32 (R\$2.286.893,00 no ano de 2011 e R\$419.248,32 no ano de 2009), para aplicação em custeio e equipamentos; com planos de trabalhos cadastrados no Fundo Nacional de Saúde – FNS. São convênios assinados e publicados no Diário Oficial da União. Consta também, demonstrado no quadro 2, o convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde, com entidades filantrópicas de reabilitação, conforme Termo de Credenciamento nº 03/2008, firmado em 2008, com vigência até dezembro de 2009 e renovado em 2011 e 2012, com vigência até dezembro de 2012 (em 31/12/2012, restam 3 parcelas, referente ao ano de 2012, num total de R\$ 364.062,96).

MINISTÉRIO DA SAÚDE	
CONVÊNIO	VALOR (R\$)
0828/2009	419.248,32
32498/2011	250.000,00
32824/2011	184.600,00
33774/2011	852.293,00
35028/2011	1.000.000,00
TOTAL	2.706.141,32

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	
CONVÊNIO 003/2008	
ANO 2012	VALOR (R\$)
Dezembro	121.354,32
Novembro	121.354,32
Outubro	121.354,32
Total	364.062,96

NOTA 03 - ESTOQUE

Os estoques estão avaliados pelo custo médio, que não supera os preços de mercado e referem-se aos materiais a serem aplicados na confecção de órteses, próteses, calçados ortopédicos e meios auxiliares de locomoção, mais os materiais necessários às atividades da Instituição.

NOTA 04 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Trata-se de depósitos judiciais e recursais, bloqueios judiciais em ações trabalhistas e cíveis, valores a apropriar e créditos em contas correntes, além de contrato de locação da área hospitalar, cessão de uso de bem móvel e outros. Em “Outros créditos” temos cheques emitidos e valores a receber de usuários de cartões de crédito e de débito. A conta “Valores a Apropriar” registra os valores a apropriar em despesa de vale-transporte.

Consta também a quantia de R\$503.000,00, saldo remanescente de 50% da venda de imóvel em Ipanema, Rio de Janeiro (R\$2.550.000,00), deixado em testamento pela Sra. Yonne Maciel de O. Castro, inventário que tramita na 11ª Vara de Órfãos e Sucessões, valor este a ser utilizado para aquisição de imóvel. Em 25/09/2012, peticionamos, juntamente com o inventariante, requerendo a expedição de Mandado de Pagamento para compra de imóvel localizado no bairro do Leme. Em 25/10/12 notícia de petição da legatária Iolanda concordando com a compra. Em 12/11/2012 remetido à PGE – Procuradoria Geral do Estado, retornando em 28/11/2012. Após, remetido ao Ministério Público.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 05 – IMOBILIZADO

Os componentes do ativo imobilizado estão avaliados ao custo de aquisição ou construção, deduzidas as respectivas depreciações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica, conforme Instrução Normativa SRF nº 162/1998, bem como Resolução nº 1.177, de 01.01.2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

Dentre os valores constantes do Imobilizado, há de se destacar as obras de engenharia civil executadas pela Empresa Cemed Care, com vistas às novas dependências da ABBR, bem como às instalações do futuro hospital do grupo AMIL, tudo de conformidade com o contrato firmado e arquivado no 1º RTD, datado de 10 de junho de 2009. O registro contábil dessas obras resultou no saldo de R\$ 7.621.842,17 em Obras e Benfeitorias (R\$7.516.671,03: obras da Cemed Care; R\$105.171,14: obra na Oficina Ortopédica).

Com relação ao Teste de Recuperabilidade de Ativos (Resolução CFC 1.292/10 de 20/08/2010), estamos aprimorando o controle de bens patrimoniais, com realização de inventário físico e atualização do total dos valores dos Bens. Entramos em contato e recebemos orçamento de várias empresas. Iniciaremos o teste com os bens imóveis.

Bens Imóveis Inalienáveis : Imóveis adquiridos com a parcela de 50% da venda do apartamento na Av. Vieira Souto, 530/401 - RJ, em usufruto vitalício para a Sra. Yolanda Maria de Souza; em cumprimento à Cláusula Testamentária, nos autos do Inventário da Sra. Yonne Maciel de Oliveira Castro, processo nº 0082870-27.2005.8.19.0001, 11ª Vara de Órfãos e Sucessões, conforme descrito :

a) Rua Engenheiro Cortes Sigaud, 187/301 – Leblon - Rio de Janeiro; utilizado como residência da Sra. Yolanda Maria de Souza;

b) Rua Miguel Lemos, 119/102 – Copacabana – Rio de Janeiro;

c) Rua Duvivier, 24/302 – Copacabana – Rio de Janeiro;

d) Av. Princesa Isabel, 500/203 – Leme – Rio de Janeiro;

- Os últimos três imóveis estão alugados e suas rendas revertem-se em favor da Sra. Yolanda Maria de Souza, para sua manutenção e sustento. Conforme nota 8, resta saldo de R\$503.000,00 para aquisição de imóvel.

NOTA 06 - BENS EM COMODATO

Conforme a Lei 11.638/07, de 28/12/2007, e a Resolução do CFC 1.152/09, de 23/01/2009, os bens comodatos passam a integrar o Sistema Patrimonial em contas específicas de Ativo Não Circulante e Passivo Não Circulante.

NOTA 07 - INTANGÍVEL

Neste grupo constam valores referentes a Direito de Uso de Software, conforme a Resolução CFC nº 1.303/10, de 25/11/2010. Foi feito um levantamento dos sistemas em uso na instituição e atualizado o valor da referida conta.

PASSIVO CIRCULANTE

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

Fazem parte deste grupo os valores provenientes de acordos homologados na Justiça, decorrentes de rescisões de contrato de trabalho, seguidos de impostos e contribuições sociais a recolher. Afora estes débitos, este grupo de passivo ainda registra a diferença de salários e abono salarial da categoria dos médicos (conforme convenções coletivas 2003/2005 e 2007/2009), saldo de Salários a Pagar de Dezembro de 2012, além do parcelamento da Previdência Social (Lei 11.345/2006) e o parcelamento da Receita Federal do Brasil (Lei 11.941/2009) – que estão sendo pagos regularmente.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS	VALOR
Salários a Pagar	576.091,10
Acordos Judiciais a Pagar	295.539,99
Saldo Acordo Coletivo - a Pagar	66.873,31
INSS	67.979,60
PIS sobre Folha	11.593,16
Imposto de Renda	132.150,56
PIS/COFINS/CSLL Lei 10833	3.800,20
ISS	637,77
FGTS	92.506,36
Previd. Social - Parcelam. Lei 11345/06	188.506,19
Rec. Fed. do Brasil - Parcelam. - Lei 11941/2009	271.659,12
TOTAL	1.707.337,36

NOTA 09 – VALORES A PAGAR

Trata-se de débitos para com fornecedores de materiais, dentre os quais, o demonstrativo seguinte mostra os maiores credores.

FORNECEDOR	VALOR(R\$)
DMO Distr Mat Ortop	32.627,74
Heldf higiene Profissional	12.948,38
GR S/A	18.061,24
Light Serv Eletricidade	26.599,03
Cedae	9.347,52
Ceg	5.707,07
Renal-TEC Ind Com	105.547,05
RPM Com Mat Hospit	6.106,04
Sercon Ind. Com.	16.200,00
Otto Bock do Brasil	12.073,96
Rest. E bar Clube do Empresário	10.965,00
Ethnos Ind. Com. Prod.Ortopedicos	94.830,00
Ortopedia Bralit	17.116,00
Outros fornecedores	51.905,78
TOTAL	420.034,81

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS

Obrigações de natureza trabalhista, de provisão de férias, acrescidas do terço constitucional, do saldo da folha de salários de dezembro de 2012.

Em atendimento à NBC T 19.7, constituímos Provisão para Contingências Trabalhistas no valor de R\$ 30.578,63, referente a ações trabalhistas em andamento.

Também em atendimento à NBC.T 19.7, constituímos Provisão para Contingências Cíveis no valor de R\$ 341.257,04 referente às empresas C.M. Suturas (R\$213.272,86) e Saúde Bradesco (R\$90.447,27).

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Este grupo de Passivo Circulante registra os empréstimos bancários (com saldo de R\$ 1.072.928,30) obtidos junto à Caixa Econômica Federal – CEF (R\$999.999,96), ao Banco BMG (R\$46.000,00) e ao Banco Bradesco (R\$26.928,34), a fim de suprir o fluxo de caixa negativo, destinando-se a pagamentos a fornecedores, folhas de salários, 13º salários, encargos, concessionárias de serviços públicos. Parte destes compromissos financeiros estão arrolados no grupo Não Circulante, tendo em vista a exigibilidade a partir de 01.01.2013. Sob o título de “Outros Créditos”, registra-se adiantamento de férias e créditos referentes a doações e campanhas em andamento. Registra-se também o parcelamento de débitos com concessionárias de serviços de eletricidade e de água e esgoto.

Os serviços prestados por terceiros somam R\$ 183.206,25, diluídos entre pessoas jurídicas e pessoas físicas.

Também neste grupo, os registros de convênios firmados com o Ministério da Saúde, e arrolados no Ativo Circulante em Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis, e com a Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ .

Consta também a quantia de R\$503.000,00, saldo remanescente de 50% da venda de imóvel em Ipanema, Rio de Janeiro, deixado em testamento pela Sra. Yonne M. de O. Castro, inventário que tramita na 11ª. Vara de órfãos e sucessões, valor este que será utilizado para aquisição de imóvel (vide nota 5).

NOTA 12 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

As obrigações de longo prazo mais relevantes, no valor total de R\$ 10.345.838,49, se referem aos débitos governamentais (Previdência Social = R\$ 7.448.139,54 e Receita Federal do Brasil = R\$ 2.897.698,95) administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inseridos nos parcelamentos regulados pela Lei nº 11.345/2006, que criou a Timemania, e pela Lei 11.941/2009. Outra parcela se refere ao parcelamento de débitos para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (R\$1.577.858,70). Ainda como exigibilidade de longo prazo, consta o complemento de “Empréstimos Bancários”, com saldo de R\$ 2.000.000,04, obtidos na Caixa Econômica Federal – CEF e o parcelamento de débitos com concessionária de serviços de água e esgoto (CEDAE), totalizando R\$ 542.715,28.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 13 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio da Instituição apresenta-se positivo, estando ajustado pelo Resultado do Exercício, bem como pelos Ajustes de Exercícios Anteriores.

NOTA 14 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Dentre os ajustes, os de maiores vultos dizem respeito: baixas por irreuperabilidade e atualização de saldo de depósitos recursais e de bloqueios judiciais, ajuste de contagem indevida de inventário de materiais de consumo e matérias-primas no ano anterior, e baixa e ajuste de provisão de indenização trabalhista.

V – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO

NOTA 15 – RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Registra os recursos provenientes de prestação de serviços de setores, conforme abaixo:

SETORES / RECEITAS	2012 (R\$)	2011 (R\$)
Centro de Reabilitação	5.669.416,55	5.538.229,10
Oficina de Produção Ortopédica	6.275.672,77	6.066.786,63
Serviços Auxiliares	28.709,10	33.680,98
Receitas Diversas	163.305,98	133.326,10
Total	12.137.104,40	11.772.022,81

As receitas do Centro de Reabilitação referem-se aos serviços prestados a pacientes através do convênio com o SUS, convênios privados e particulares. As receitas de Oficina de Produção referem-se a confecções de produtos ortopédicos – próteses, órteses, calçados e meios auxiliares de locomoção, através de convênio com o SUS e particulares.

NOTA 16 – CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Registra as despesas administrativas, de pessoal e de consumo de material da Instituição.

DESPESAS	2012 (R\$)	2011 (R\$)
Pessoal e Encargos	11.320.220,83	10.161.999,24
Material Aplicado	2.854.446,30	2.668.537,19
Depreciações	465.881,52	540.139,24
Serviços de Terceiros	915.204,72	924.212,59
Despesas Administrativas	1.643.247,06	1.653.282,16

Total	17.199.000,43	15.948.170,42
-------	---------------	---------------

As despesas com pessoal referem-se ao custo de pessoal próprio (CLT) mais encargos trabalhistas. Quanto ao material aplicado, refere-se, em grande parte, ao consumo de matéria prima utilizada para confecção de próteses, órteses, calçados ortopédicos e fornecimento de meios auxiliares de locomoção. Serviços de terceiros: contratação de serviços de portaria e vigilância, manutenção predial e de equipamentos, remoções de resíduos, manutenção de sistemas, consultoria, entre outros. Em despesas administrativas encontra-se pagamentos de concessionárias de serviços públicos, honorários advocatícios, prêmios de seguros, transporte, locação de equipamentos e fornecimento de alimentação.

NOTA 17 – DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Mensalmente a Instituição recebe da sociedade civil doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, conforme demonstrativo em abaixo:

DOADORES	2012 (R\$)	2011 (R\$)
Pessoas Físicas – depositado em Bancos	64.282,00	106.393,00
Pessoas Jurídicas – depositado em Bancos	51.241,03	85.804,58
Donativos através de depósitos em Bancos	107.351,42	174.039,04
Contribuintes Mantenedores (boletos via CEF)	2.182.336,27	1.925.061,31
TOTAL	2.405.210,72	2.291.297,93

Consta ainda o valor de R\$ 2.756,19, referente a doação de bens e serviços.

- APLICAÇÃO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS

A ABBR aplicou as doações recebidas da seguinte forma:

APLICAÇÃO	2012 (R\$)	2011 (R\$)
Manutenção das atividades	486.434,19	534.591,48
Material para Oficina Ortopédica	1.096.676,47	1.025.387,80
Refeições a funcionários	501.326,88	441.147,04
Material de limpeza, reparos e outros	283.065,17	269.182,09
Material hospitalar e medicamentos	37.708,01	20.989,52
TOTAL	2.405.210,72	2.291.297,93

NOTA 18 – DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO

O déficit do exercício de 2012, no montante de R\$ 1.127.053,71, será incorporado ao Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19, em especial no item 10.19.2.7, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e, após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

O resultado deficitário do exercício findo em 31.12.2012 resulta, em linhas gerais, da estabilização das receitas, sobretudo as operacionais – aquelas obtidas pelo Centro de Reabilitação e pela Oficina Ortopédica (cuja maior clientela é composta de usuários do convênio com o SUS – Sistema Único de Saúde – que não reajusta sua tabela de preços desde o ano de 2009), versus o crescente custo, em especial, de pessoal e encargos, sujeitos a contingências externas.

O equilíbrio das contas costuma ocorrer com as doações particulares, sobretudo com o sistema de mala direta e, eventualmente, com as subvenções governamentais,

principalmente com a liberação de emendas parlamentares. Ocorre que no ano de 2012, nenhuma emenda foi liberada para a Instituição no plano federal. Vige, atualmente, apenas o convênio firmado com a Secretaria de Estado de Saúde (RJ).

VI – COMENTÁRIOS SOBRE OUTROS DEMONSTRATIVOS

A – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/10, de 17/09/2010, que aprovou a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC T 19.18. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Instituição optou foi o INDIRETO.

B – DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.138/08, que aprovou a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC T 19.18. O regime de competência foi o utilizado para elaboração do DVA.

VII - OUTRAS NOTAS EXPLICATIVAS - CONTAS EXTRA-PATRIMONIAIS

A – TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS

1) Encontra-se em andamento inventário na 8ª Vara de Órfãos e Sucessões, processo nº 2008.001.293801-9, testamento da Sra. Maria Luiza de C. Costa Santos, onde são doados para a ABBR os imóveis abaixo :

- a) Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 99/103 - Rio de Janeiro;
- b) Rua dos Romeiros, 92 - loja A – Rio de Janeiro;
- c) Rua dos Romeiros, 92 - apartamento 202 - Rio de Janeiro.

2) Legado: Inventário em andamento na província de Trovões, Portugal, de 06 imóveis rústicos (zona rural) e 01 imóvel urbano – Testamento de Manuel Seixas Secca e Maria Magdalena de Figueiredo Seixas.

3) Encontra-se em andamento inventário na 8ª Vara de Órfãos e Sucessões, processo nº 1996.001.120898-9, testamento do Sr. Emigdio dos Santos, onde são doados R\$38.912,14 (estimativa), referente a ¼ do saldo das contas bancárias de poupança e depósito judicial do que houver (R\$155.648,56).

4) Encontra-se em andamento inventário na 9ª Vara de Órfãos e Sucessões, processo nº 2007.001.014515-4, testamento da Sra. Thereza de S. Leão Cavalcante, onde são doados uma casa e respectivo terreno em Teresópolis e apartamento em Copacabana. O saldo da venda dos imóveis deve ser destinado, em partes iguais, à ABBR e mais três instituições.

5) Encontra-se em andamento inventário na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões, processo nº 0094584-43.1989.8.19.0001, testamento da Sra. Janne D'arc Bagueira Sampaio, onde são doados R\$106.000,00 (estimativa), referente a 40% de todos os valores encontrados, inclusive depósitos bancários, títulos e valores mobiliários, inclusive ao portador, em contas correntes ou não.

6) Processo nº 0137363-56.56.2002.8.19.0001, referente a Separação Judicial da Sra. Marília Beatriz T. Franqueira, que doará à ABBR todo seu quinhão, representado por 25% de 5 imóveis (lojas e apartamento) no bairro de Laranjeiras, e 12,5% de 8 imóveis em Laranjeiras e uma casa no Cosme Velho.

B – OBRIGAÇÕES JUDICIAIS COM TERCEIROS

- 1) Processo 2007.001.020722-6, 43ª Vara Cível, autora Regina Maria Duarte.
- 2) Processo 0297637-47.2009.8.19.0001, 13ª Vara Cível, autora Wanda Silveira.

C – GRATUIDADES CONCEDIDAS - Assistência Social e Médico-Ambulatorial

A Instituição, no atendimento aos seus objetivos e em conformidade com o artigo 4º, II, da Lei nº 12.101/09, regulada pelo Decreto nº 7.237, de 20.07.2010, alterado pelo Decreto nº 7.300 de 14.09.2010, ofertou a prestação dos seus serviços de assistência médica (saúde) e social, nas áreas ambulatoriais e no Centro de Reabilitação ao Sistema Único de Saúde – SUS, no atendimento aos pacientes de baixa renda portadores de deficiência, no percentual maior que o mínimo de sessenta por cento. A quantidade de assistência social prestada foi de:

QUANTIDADE / ANO	2012	2011
Procedimentos - SUS	407.235	410.813
Procedimentos Não SUS	2.238	4.041
Total de Procedimentos	409.473	414.854

D – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA USUFRUÍDA

De acordo com o parágrafo 7º, do artigo 195 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, regulado pelo artigo 29 da Lei nº 12.101, de 27.11.2009, a Instituição é isenta das contribuições destinadas à Previdência Social (INSS) e da COFINS, de que tratam, respectivamente, os artigos 22 e 23 da Lei nº 8212, de 24.07.1991, tendo em vista a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, desde 02.06.1956 e solicitada a renovação em 22/06/2012. A isenção da contribuição previdenciária, no exercício findo em 31.12.2012 é de R\$ 2.615.468,19 (R\$ 2.393.706,09 em 2011), enquanto a isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no mesmo exercício social é de R\$ 412.702,57 (R\$ 353.048,96 em 2011) totalizando os valores apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO / ANO	2012 (R\$)	2011 (R\$)
Isenções (INSS E COFINS)	3.028.170,76	2.746.755,05
Valor da Gratuidade concedida	4.636.793,36	3.631.845,50
Valor Aplicado a Maior (Lei 12.101/09)	1.608.622,60	885.090,45

E – SEGUROS CONTRATADOS

A ABBR efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados, no montante de R\$13.808.000,00, são definidos pelos Administradores da Instituição em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

SEGURO	VALOR (R\$)
Incêndio de bens imobilizados	12.858.000,00
Estacionamento	100.000,00
Veículos	850.000,00

VIII – BALANÇO SOCIAL

INFORMAÇÕES GERAIS

O Balanço Social apresenta nos indicadores sociais o compromisso da ABBR em cumprir a sua missão no tratamento médico aos portadores de deficiência. Demonstra nos indicadores

financeiros, a dificuldade da sua manutenção apoiada nas receitas de prestação de serviços. O resultado operacional é comprometido pelo alto custo dos serviços prestados, com insuficiente remuneração individual recebida do convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS). Este custo elevado gera déficits operacionais, que foram compensados com doações dos contribuintes mantenedores, subvenções governamentais e legados.

Através das Unidades de Tratamento de serviços médicos, a ABBR alcançou a marca de 501.573 procedimentos em 2012. Os serviços prestados foram:

CENTRO DE REABILITAÇÃO - atendimentos e Procedimentos

Especialidades	Usuários do SUS Sistema Único Saúde		Não Usuários do SUS	
	Atendimentos	Procedimentos	Atendimentos	Procedimentos
Fisioterapia - Pacientes com Grandes Lesões	11.097	19.009	5.266	5.266
Reeducação Postural Global	0	0	4.532	4.532
Fisioterapia - Medicina Esportiva e Pequenas Lesões	366	366	51.687	51.687
Setor de Terapia Integrada	93.539	160.220	235	235
Fisioterapia Respiratória	10.376	17.773	7.450	7.450
Tratamento Pacientes Amputados	12.534	21.740	776	776
Hidroterapia	247	247	8.387	8.387
Tratamentos de AVC - Acid.Vascular Cerebral	10.857	18.774	4.022	4.022
Infanto Juvenil - Fisioterapia	14.689	25.161	973	973
Infanto Juvenil - Ter.Ocupacional	12.707	21.766	317	317
Infanto Juvenil - Psicologia	3.988	6.831	71	71
Infanto Juvenil - Fonoterapia	11.377	19.487	271	271
Infanto Juvenil - Estimulação Pedagógica	0	0	4.873	4.873
Terapia Ocupacional Adulto	21.254	36.406	3.435	3.435
Oficina Terapêutica	8.661	14.835	551	551
Laboratório AVD - Atividade da Vida Diária	4.162	7.130	502	502
Terapia Ocupacional de Mão	47	47	1.147	1.147
Psicologia	6.854	11.776	1.832	1.832
Musicoterapia	01	01	4.480	4.480
Fonoaudiologia	5.633	9.649	3.456	3.456
Pilates	0	0	6.092	6.092
TOTAL	228.389	391.218	110.355	110.355

TOTAL DE ATENDIMENTOS: 338.744 TOTAL DE PROCEDIMENTOS: 501.573

Atendimentos: são as sessões terapêuticas realizadas. Podem gerar um ou mais procedimentos. O SUS paga por atendimento.
Procedimentos: são os recursos terapêuticos utilizados para o tratamento do paciente.

Faixa etária	Quantidade
00 a 05	1.034
06 a 12	984
13 a 17	737
18 a 23	360
24 a 30	395
31 a 40	810
41 a 50	4.029
51 a 64	3.218
acima de 65	2.991

**Oficina Ortopédica
Produtos fornecidos**

Tipo	Total
Órteses	3.553
Próteses	1.103
Calçados ortopéd.	3.210
Cadeira higiênicas	1.165
Cadeiras de rodas	2.216
Muletas (pares)	625
Andadores	332
Total Geral	12.204

Pacientes em consulta médica no Ano

Setores de tratamento	Quantidade
Usuários do SUS	11.745
Usuários não SUS (convênios privados)	5.975
Usuários não SUS (Particular)	901
Total	18.621

Pacientes em Tratamento / Mês

Setores de tratamento	Usuários do SUS	Não Usuários SUS
Centro de Reabilitação (adultos)	1.522	976
Centro de Reabilitação (infantil)	254	89
Total	1.776	1.065
Total Geral	2.841	

Avaliações Terapêuticas	Usuários do SUS	Não Usuários SUS
Centro de Reabilitação	27.811	201
Oficina Ortopédica	264	71
Serviço Social	3.656	
Total	31.731	272
Total Geral	32.003	

Pacientes e Tratamentos / Dia		
Setores de tratamento	Usuários do SUS	Não Usuários SUS
Centro de Reabilitação (adultos)	657	358
Centro de Reabilitação (infantil)	107	19
Total	764	377
Total Geral	1.141	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – INDICADORES SOCIAIS

1. Ações e Contribuições para a Sociedade	Quantidade
Procedimentos Terapêuticos aos usuários do SUS	391.218
Procedimentos Terapêuticos aos usuários não SUS	110.355
Total de Procedimentos Terapêuticos	501.573
Avaliações Realizadas aos Usuários do SUS	31.731
Avaliações Realizadas aos Usuários não SUS	272
Total Avaliações Realizadas	32.003
Consultas Médicas aos Usuários do SUS	11.745
Consultas Médicas aos Usuários não SUS	6.076
Total Consultas Realizadas	18.621
Produção Oficina Ortopédica	12.553

2. Indicadores do Corpo Funcional	Quantidade
Nº de colaboradores ao final do período (319 em atividade e 45 licenciados)	364
Nº de colaboradores que participaram de cursos, congressos, etc	77
Nº de colaboradores acima de 40 anos	208
Nº de mulheres na Instituição	212
Nº de colaboradores com deficiência física	11
Nº de colaboradores terceirizados	13

3. Informações Relevantes	Quantidade
Total de licenciados	36
=> Acidente de Trabalho	10
=> Auxílio Doença	29
=> Licença Maternidade	02
=> Licença sem Vencimentos	03
Estagiários	07
Bolsistas	07

4. Equipe ABBR	Quantidade
Equipe Médica	12
Equipe de Gestão	16
Equipe Oficina Industrial Ortopédica	47
Equipe do Centro de Reabilitação	142
Equipe Operacional	147
TOTAL (incluindo estagiários e bolsistas)	364
Cursos, Palestras e Jornadas realizadas pelo Centro de Estudos	29

5. Doações Recebidas	Valor (reais)
Pessoas Físicas – depositado em bancos	64.282,00
Pessoas Jurídicas – depositado em bancos	51.241,03
Donativos através de depósitos em Bancos – Campanhas	107.351,42
Contribuintes Mantenedores (boletos via CEF)	2.182.336,27
TOTAL	2.405.210,72

6. Aplicação dos Recursos recebidos à título de Doação	Valor (reais)
Manutenção das Atividades	486.434,19
Material para Oficina Ortopédica	1.096.676,47
Refeições a funcionários	501.326,88
Material de limpeza, reparos e outros	283.065,17
Material hospitalar e medicamentos	37.708,01
TOTAL	2.405.210,72

7. Gratuidades – Prestação de Serviços Médicos	Valor (reais)
Gratuidades Concedidas (Diferença entre custo dos serviços x Valor recebido Conv. SUS)	4.636.793,36

8. Indicadores Sociais Internos	Valor (reais)
Cobertura de Saúde aos Colaboradores	108.725,13
Custo de Vale-Transporte concedido – Contribuição ABBR	304.779,48
Custo do Apoio aos Estudos – Educação – Formação Técnica Colaboradores	13.059,66
Custo da Alimentação concedida aos colaboradores	562.688,59
Custo dos Cursos e Seminários patrocinados aos Colaboradores	40.477,60

Deusdeth Gomes do Nascimento
Presidente Voluntário do Conselho Deliberativo

Roberto Guimarães Xavier
Téc. em Contabilidade – CRC-RJ 108514/O-4

Walter Campos Mendes
Contador – CRC-RJ 027172-2